



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2022



IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique

Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643

Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz







IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

20
22



FICHA TÉCNICA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGEPE

Ana Isabel Senda Coanai

Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Jorge Matule

Administrador do Pelouro de Controlo de Participações

Mário Xavier Estêvão

Administrador do Pelouro de Administração e Finanças

EQUIPA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jacinto Uqueio

Direcção de Controlo das Participações

Roberto de Sousa

Direcção de Investimentos

Madalena Atanásio

Direcção de Governação Corporativa

Ana Tembe

Direcção de Administração e Finanças

Stélio Chang

Direcção de Desenvolvimento Investimento

Nomier Bazo

Gabinete Jurídico

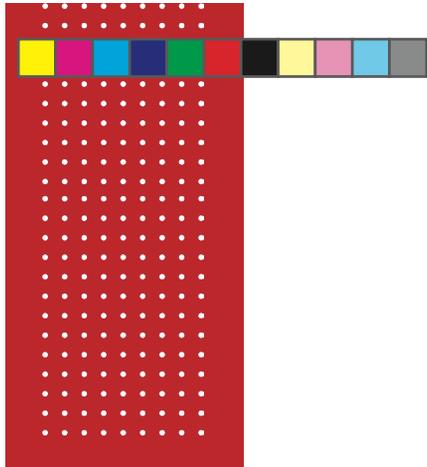
EDIÇÃO

EDIÇÃO CRIATIVA

REVISÃO

Paiva Munguambe

Assessor do Conselho de Administração do IGEPE



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2022



INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



ÍNDICE

ÍNDICE	i
LISTA DE ABREVIATURAS	ii
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO	iv
MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES	v
ÓRGÃOS	vi
1. INTRODUÇÃO	1
2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2022	2
2.1. No âmbito do Controlo de Participações	2
2.2. No Âmbito da Governação Corporativa	7
2.3. No Âmbito de Investimentos	10
2.4. No Âmbito da Administração e Finanças	14
2.5. No Âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional	16
2.6. No Âmbito da Assistência Jurídica	18
2.7. No Âmbito das Aquisições	20
2.8. No Âmbito da Auditoria Interna	20
3. PERSPECTIVAS PARA 2023	22

LISTA DE ABREVIATURAS

ADM	Aeroportos de Moçambique
BCI	Banco Comercial e Investimentos
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BNI	Banco Nacional de Investimento
CAIC	Complexo Agro Industrial do Chókwè
CDM	Cervejas de Moçambique
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
CIM	Companhia Industrial da Matola
CM	Cimentos de Moçambique
CMG	Companhia Moçambicana do Gasoduto
CMH	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos
DINAME	Distribuidora Nacional de Material Escolar
DOMUS	Sociedade Anónima de Gestão Imobiliária
ECMEP	Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes
EDM	Electricidade de Moçambique
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
EMEM	Empresa Moçambicana de Minas
EMODRAGA	Empresa Moçambicana de Dragagens
EMOSE	Empresa Moçambicana de Seguros
ENH	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
ENPCT	Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia
FARMAC	Farmácias de Moçambique
GAPI	Sociedade de Investimentos
HCB	Hidroeléctrica de Cahora Bassa
HICEP	Hidráulica de Chókwè, Empresa Pública
IGEPE	Instituto de Gestão das Participações do Estado
INM	Imprensa Nacional de Moçambique
LAM	Linhas Aéreas de Moçambique
MADE	Modelo de Avaliação de Desempenho das Empresas
MMT	Milhões de Meticais
MOZAL	Aluminium Smelter in Mozambique
MT	Meticais
PAAO	Plano Anual de Actividades e Orçamento
PES	Plano Económico e Social
PESCOM	Empresa Nacional de Comercialização de Produtos Pesqueiros

PETROMOC	Petróleos de Moçambique
PPPs	Parcerias Público-Privadas
RBL	Regadio do Baixo Limpopo, Empresa Pública
RM	Rádio Moçambique
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEMOC	Sector Empresarial do Estado
SIREMO	Sistema de Regadio Eduardo Mondlane
SMM	Sociedade Moçambicana de Medicamentos
STEMA	Empresa Silos e Terminal Graneleiro da Matola
TMCEL	Moçambique Telecom
TVM	Televisão de Moçambique
UFSA	Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições
UGEA	Unidade Gestora das Aquisições
US\$	Dólares Norte Americanos

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

Com grande satisfação, o Conselho de Administração do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) aprova o Relatório Anual de Actividades de 2022. Este relatório oferece uma visão detalhada e abrangente do Plano de Actividades e Orçamento de 2022, evidenciando o compromisso contínuo do IGEPE em impulsionar o crescimento económico e garantir a gestão eficiente das participações do Estado.

Alinhado com as directrizes do Plano Económico e Social (PES) e do Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), o IGEPE concentrou os seus esforços na promoção de um ambiente macroeconómico equilibrado, enfrentando com resiliência os desafios impostos pelo abrandamento económico global e pelos impactos persistentes da pandemia da COVID-19.

O relatório destaca as acções executadas entre Janeiro e Dezembro de 2022, ressaltando o cumprimento das metas estabelecidas e o respectivo impacto na dinâmica do sector empresarial do Estado (SEE). Entre as iniciativas mais relevantes estão a arrecadação de receitas, a revisão de estatutos e a implementação de política anticorrupção, todas contribuindo para a melhoria da governação corporativa e da transparência no SEE.

Além disso, o documento examina as medidas adoptadas para mitigar o risco fiscal e melhorar o desempenho dos gestores públicos, bem como as parcerias estratégicas estabelecidas com instituições internacionais, como o Banco Mundial, para aprimorar as práticas de gestão e a eficiência operacional do SEE.

Para 2023, o IGEPE continuará focado na viabilização e rentabilização das empresas do SEE, através das seguintes acções estratégicas: reestruturação das empresas com ênfase na implementação da estratégia de viabilização e rentabilização, com foco especial nas áreas financeira e operacional; reestruturação financeira de seis empresas, incluindo PETROMOC, LAM, TMCEL, ADM, TVM e RM; promoção da reestruturação operacional de nove empresas, abrangendo tanto públicas quanto participadas; consolidação dos mecanismos de supervisão e controlo das empresas; consolidação de contas do SEE; redução do risco fiscal; e aumento das receitas de capital, onde se prevê uma arrecadação total de receitas de 7,2 mil milhões de MT para 2023, representando um crescimento moderado de 9% devido à expectativa de desaceleração económica global.

O Conselho de Administração acredita que, com a implementação dessas acções, o IGEPE continuará a desempenhar um papel crucial na promoção do desenvolvimento económico e na sustentabilidade do SEE.

Maputo, aos 24 de Fevereiro de 2023



Ana Isabel Senda Coanai
Presidente do Conselho de Administração do IGEPE

MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES



Missão

Gerir o Sector Empresarial do Estado e as respectivas participações financeiras e sociais, no contexto dos princípios de boa governação corporativa, e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.



Visão

Ser referência na gestão do Sector Empresarial do Estado, no quadro do desenvolvimento do país.



Objectivo Geral

Reforçar a capacidade de gestão das empresas do Sector Empresarial do Estado, visando a prestação de contas e a captação de receitas para o tesouro público.



Valores

Liderança na gestão do sector empresarial do Estado e das suas participações sociais e financeiras.

Transparência na gestão da coisa pública.

Empenho no cumprimento da missão e das metas estabelecidas nos planos e programas de trabalho.

Responsabilidade na gestão das participações do Estado.

Colaboração para criação de sinergias e parcerias.

Inovação na gestão e boas práticas de governação corporativa

Responsabilidade Corporativa com os colaboradores, parceiros e partes interessadas

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do IGEPE são constituídos pelo Conselho Consultivo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente

Mario Xavier Estêvão
Administrador do Pelouro de
Administração e Finanças

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro
de Controlo das Participações

**Albertina Furquia
Fumane**
Administradora não Executiva

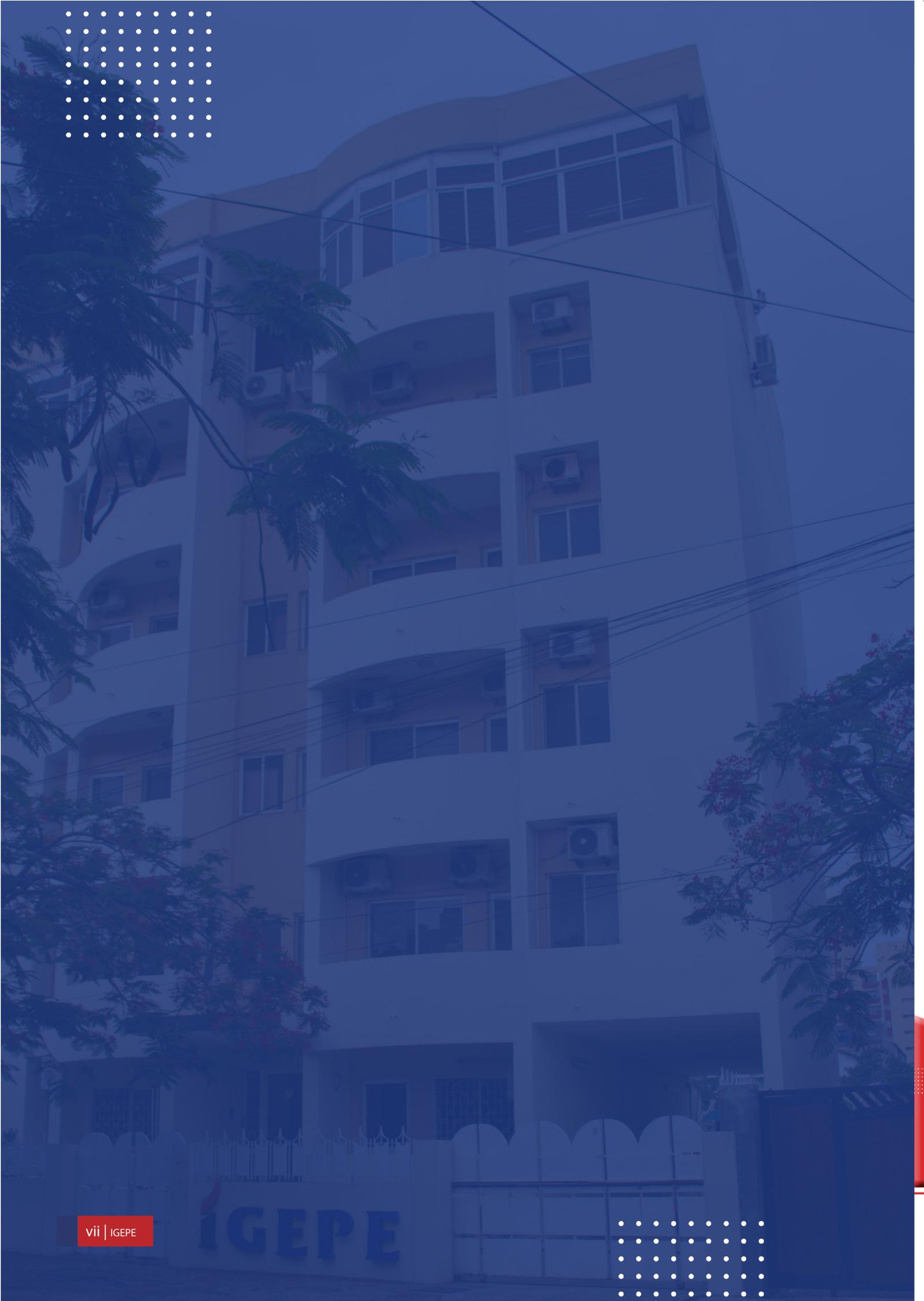
Danilo Nalá
Administradora não
Executiva

CONSELHO FISCAL

Isabel Sumar
Presidente

Félix Macane
Vogal

Etivalda Guirruogo
Vogal



vii | IGEPE

IGEPE



1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta o balanço do Plano de Actividades e Orçamento de 2022 do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), delineando as acções executadas durante o período de Janeiro a Dezembro. Alicerçado no contexto do Plano Económico e Social (PES) e alinhado com as directrizes do Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), o foco primordial do IGEPE foi impulsionar o crescimento económico, através da coordenação e gestão eficiente das participações do Estado.

Ao longo deste relatório, é evidenciado o compromisso do IGEPE em viabilizar e rentabilizar o Sector Empresarial do Estado (SEE), especialmente num ambiente global marcado pelo abrandamento do crescimento económico e os desafios contínuos decorrentes da pandemia de COVID-19. Neste contexto, as acções do IGEPE adquirem um papel crucial na promoção de um ambiente macroeconómico equilibrado e na gestão eficaz das finanças públicas.

O documento oferece uma análise detalhada do estágio de implementação das acções planificadas para o ano de 2022, destacando aquelas que atingiram as metas previamente estabelecidas e as que tiveram um impacto significativo na dinâmica da actividade económica do SEE. Em particular, são abordadas iniciativas como arrecadação de receitas, revisão de estatutos e aprovação de política anticorrupção, todas elas contribuindo para fortalecer a governação corporativa e a transparência no SEE.

Além disso, o relatório examina as medidas adoptadas para mitigar o risco fiscal e melhorar o desempenho dos gestores públicos, bem como as parcerias estabelecidas com instituições internacionais, como o Banco Mundial, visando aprimorar as práticas de gestão e a eficiência operacional do SEE.

Por meio desta análise abrangente, o relatório busca fornecer uma visão holística do progresso alcançado pelo IGEPE em 2022, com a esperança de informar futuras estratégias e políticas que promovam ainda mais o desenvolvimento económico e a sustentabilidade do SEE.

2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2022

2.1. No Âmbito do Controlo de Participações

2.1.1. Principais Actividades Realizadas

a) Carteira de Participações

Em 2022, a carteira do IGEPE era composta por uma fundação e 65 empresas, distribuídas em três categorias distintas:

a. Sector Empresarial do Estado (SEE):

- 12 Empresas Públicas: ADM, CFM, CORREIOS, EDM, EMODRAGA, ENH, HICEP, INM, ENPCT, RBL, RM e TVM.
- Sete Empresas Exclusivamente Participadas pelo Estado: BNI, FARMAC, MONTE BINGA, STEMA, SEMOC, SMM e TRANSMARÍTIMA.
- 10 Empresas Maioritariamente Participadas pelo Estado: CAIC, PIPE LINE MOÇ/ZIMBABWÉ, DOMUS, EMEM, EMOSE, HCB, LAM, PETROMOC, SOCIEDADE NOTÍCIAS e TMCEL.

b. Empresas Minoritárias:

- AÇUCAREIRA DE MOÇAMBIQUE, ACÚCAREIRA DE XINAVANE, AUTO-GÁS,

CARTEIRA MÓVEL, CDM, COCA-COLA, CMG, CMH, BIM, MOZAL, NORSAD e TELEDATA.

c. Empresas Destinadas ao Saneamento:

- Em Processo de Alienação (22 empresas): CEGRAF, CHÁ NAMAÉ, CIM, CM, COMPANHIA DE SENA, DIÁRIO, GAPI, GEOMOC, GRAPHIC, GRUPO MADAL, HIDROMOC, HOTEL CARDOSO, MEDIMOC, IBC, IFLOMA, EMERITUS, SOCIEDADE MALONDA, SOMEK, STEIA, TECNAUTO, TECNOMECÂNICA e TEXTÁFRICA.
- Em Processo de Liquidação (2 empresas): MOZAICO DO ÍNDICO e EMATUM.

d. Fundação:

- Fundação MALONDA.

b) Processo de viabilização e rentabilização das empresas do SEE

A viabilização e rentabilização das empresas do SEE, constitui um dos quatro objectivos estratégicos da Estratégia de Investimento do Sector Empresarial do Estado para o período 2020/2023, cuja formulação está alicerçada na Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho. Os outros objectivos da Estratégia de Investimento do SEE, incluem a consolidação do modelo de governação; o desenvolvimento do capital humano; e o desenvolvimento de fontes de financiamento.

Durante o ano de 2022, o IGEPE socializou e divulgou as várias acções estratégicas específicas de viabilização e rentabilização das empresas do SEE, cujas prioridades assentaram em acções de curto, médio e longo prazos.

No contexto da venda de participações sociais das empresas do SEE, ocorreram os seguintes desenvolvimentos: (i) a DOMUS, S.A apresentou o projecto de venda com os sócios minoritários para que possam exercer o direito de preferência; (ii) no caso da STEMA, S.A, as diferenças metodológicas e de informação foram resolvidas, e aguarda-se o envio da versão final da avaliação patrimonial e financeira pelo consultor; e quanto à EMOSE, S.A, a avaliação patrimonial e financeira foi partilhada com a empresa para apreciação e comentários.

Importa referir que a estratégia de viabilização e rentabilização das empresas do SEE, compreende quatro modelos, a saber: de gestão; de reestruturação operacional; de reestruturação financeira; e de desenvolvimento do capital humano.

Neste contexto, a dívida da LAM junto do BCI no valor de 4,79 mil milhões de MT foi reestruturada, passando agora para 18 meses de carência de capital, e resultando numa poupança de cerca de 130 milhões de MT por prestação trimestral. Para garantir o cumprimento do serviço da dívida, o IGEPE aportou 50,3 milhões de MT, em Setembro de 2022. Outrossim, foram enviados à LAM em Dezembro de 2022, 100 milhões de MT para o pagamento da prestação ao BCI.

As dívidas da ADM junto do BCI foram reestruturadas: uma no valor de 1.562 milhões de MT, com 9 meses de carência de capital e prazo estendido para 120 meses; e outra de USD 5,98 milhões, com prazo estendido para 39 meses e 9 meses de carência de capital. O IGEPE injectou adicionalmente nos ADM 143,71 milhões de Meticais para apoiar no cumprimento do serviço da dívida.

Aprovado o Decreto n.º 37/2022, de 2 de Agosto, que funde por incorporação a empresa Hidráulica de Chókwè, Empresa Pública (HICEP), na empresa Regadio do Baixo Limpopo, Empresa Pública (RBL, E.P.).

c) Consolidação dos Mecanismos de Monitoria das Empresas do SEE

Estas acções enquadram-se no âmbito do objectivo estratégico sobre a consolidação do modelo de governação, preconizado na Estratégia de Investimentos do SEE 2020-2030. Neste contexto, em 2022, foi feito o acompanhamento da implementação do Plano Anual e Orçamento das empresas do SEE, para analisar o desempenho semestral, com destaque para: EMODRAGA, CFM, TMCEL, ENH, TVM, HICEP, STEMA, HCB, RM, ADM, INM, EDM, BNI, LAM e PETROMOC.

Nos termos do disposto no artigo 21 da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, o IGEPE elaborou e assinou sete Contratos-Programa com as empresas RBL, HICEP, RM, EDM, TVM, LAM e ENPCT, visando a cobertura dos custos da componente social e do serviço de interesse público a ser prestado.

d) Relatório e Contas Consolidado das Empresas do SEE

Esta actividade alicerçar-se no disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 7 e no n.º 1 do artigo 30 da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, conjugado com o n.º 3 do artigo 29 do respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 10/2019, de 26 de Fevereiro. Em 2022, no contexto do processo de Consolidação de Contas do SEE, foram realizadas capacitações aos gestores financeiros das empresas do perímetro e técnicos do IGEPE. Adicionalmente, foi elaborado o Manual de Procedimento de Consolidação de Contas.

Definido o perímetro de consolidação e preenchido o reporting package pelas empresas abrangidas, visando a consolidação de contas do exercício económico de 2021, o qual será divulgado no primeiro trimestre de 2023.

Foi realizada uma contratação, por meio de concurso público, da empresa “2 Business” para estabelecer um sistema integrado de gestão, visando a consolidação de contas do SEE. A empresa já elaborou o cronograma de actividades e encontra-se actualmente na fase de recolha de informações para a concepção do sistema.

e) Arrecadação das Receitas de Capital para o Tesouro Público

Esta acção está alinhada com a quarta prioridade estratégica do IGEPE e, em 2022, foi sustentada por duas fontes de financiamento: dividendos e alienações. Os dividendos situaram-se em 7.739 milhões de MT, sendo 4.203 milhões de MT provenientes das empresas do SEE (públicas e exclusiva ou maioritariamente participadas pelo Estado) e 3.353 milhões de MT das participações financeiras minoritárias. As alienações contribuíram com cerca 150 mil Meticais provenientes de alienação da empresa INAR, SA.

Entre as razões para a arrecadação de receitas ultrapassar a meta, destacam-se as seguintes: o recebimento de dividendos excedendo o planificado em 1,793.19 milhões de Meticais; e a registo de receitas extraordinárias e de dividendos de exercícios anteriores, totalizando 1,504.93 milhões de Meticais, provenientes das empresas CFM,

E.P., BIM, S.A., EMOSE, S.A., MOZAL, S.A. e GAPI, S.A.

As receitas de dividendos constituem quase 99,99% do total das receitas arrecadadas, sendo as principais contribuintes as seguintes empresas: CFM, E.P., BIM, S.A., HCB, S.A., MOZAL, S.A., EMOSE, S.A., NORSAD, S.A., TELEDATA e GAPI, S.A. Destaca-se que a empresa BIM, S.A., representa a maior parte dessa contribuição.

f) No âmbito da Liquidação, Alienação e Dívidas Laborais

O processo de liquidação foi aplicado às empresas do portfólio que não demonstravam rentabilidade, enquanto as alienações foram direcionadas para as participações não estratégicas. Quanto às dívidas laborais, elas abrangem os salários em atraso e as indemnizações destinadas aos ex-trabalhadores e/ou seus representantes legais.

A. Liquidação

Na Sessão de 30 de Maio de 2022, o Conselho de Ministros aprovou a alocação de 100 imóveis pertencentes aos Correios de Moçambique, E.P. (em liquidação) para as instituições do Estado.

Todos os trabalhadores da empresa EMEM, S.A. (em liquidação), foram indenizados, e o património foi vendido para sanear o passivo com os credores. Além disso, todas as empresas participadas pela EMEM foram transferidas para a gestão do IGEPE.

Em relação às ECMEP's Sul, Centro e Norte (em liquidação), foram alienados sete imóveis, sendo dois na província de Nampula, três em Inhambane e dois em Gaza. Na província da Zambézia, um imóvel foi desadjudicado devido a irregularidades, resultando no pagamento do valor total de 880.395,43MT.

B. Indemnizações

No contexto das ECMEP's, realizou-se o pagamento de uma indemnização a um ex-trabalhador da delegação de Nampula, que não havia recebido o montante devido oportunamente. O valor pago foi de 152.880,20MT.

Na terceira fase do processo de compensação da empresa Avícola de Nampula, foram realizados pagamentos para 47 ex-trabalhadores e beneficiários e/ou representantes de ex-trabalhadores falecidos, totalizando 3.855.150,00MT em salários atrasados, pré-

aviso e indemnizações, abrangendo um total de 138 ex-trabalhadores listados.

Pagamentos foram efectuados para 12 ex-trabalhadores e beneficiários e/ou representantes de ex-trabalhadores falecidos, dos 13 ex-trabalhadores listados da empresa PESCOM-Vilankulo, cobrindo os salários em atraso e indemnizações, totalizando 1.487.155,47MT.

Pagamentos foram efectuados para 66 ex-trabalhadores e beneficiários e/ou representantes de ex-trabalhadores falecidos, dos 68 listados da empresa SIREMO-Chókwè, cobrindo salários em atraso, pré-aviso, indemnização e diferenças salariais, totalizando 3.141.138,08MT.

A falta de recursos financeiros impediu a realização e/ou conclusão dos compromissos com os ex-trabalhadores das empresas extintas MAGMA, ECMEP's, Fábrica de Licores e Empresas Agrárias.

C. Alienação de Participações Minoritárias

No contexto das alienações das participações minoritárias, as escrituras foram assinadas pelos adjudicatários no cartório privativo, resultando no encerramento dos processos das empresas GERALCO, INAR e PINTEX Beira. Quanto às empresas STEIA, Mil Metalúrgica e Diário de Moçambique, os processos de alienação aguardam assinatura da escritura pelos outorgantes no cartório privativo.

2.2 No Âmbito da Governação Corporativa

2.2.1. Principais Actividades Realizadas

a) Revisão dos instrumentos de governação corporativa das empresas do SEE

No contexto do objectivo de consolidar o modelo de governação delineado na Estratégia de Investimento do SEE 2020-2030, foram aprovadas importantes medidas, como a Política de Anti-Corrupção da EDM e os instrumentos de governação da HCB, que incluem a Política Anti-corrupção, o Código de Ética e de Conduta, o Regulamento de Contratações e o Manual de Governação Corporativa. Adicionalmente, foi feita a revisão dos estatutos da Cimentos de Moçambique e aprovados os Estatutos do BNI

para cumprir com as exigências do regulador.

b) Realização das Assembleias Gerais nas empresas do SEE

Durante o período em análise, foram realizadas 76 sessões de Assembleias-Gerais, das quais 27 das empresas públicas e 49 das participadas pelo Estado. Outrossim, dessas sessões, 63 foram ordinárias e 13 extraordinárias. Estando ainda por realizar a Assembleia-Geral ordinária da EMOSE para aprovação do PAO do ano 2023.

No cômputo geral, nas sessões ordinárias das Assembleias realizadas serviram para apreciar e deliberar sobre: os relatórios e contas do exercício económico de 2021; a aplicação de resultados do exercício económico; o plano anual de actividades e orçamento para o ano de 2023; os planos de actividades e orçamento para 2022, em virtude de parte das empresas não terem apresentado o PAAO atempadamente; a valiação de Desempenho dos Conselhos de Administração; a eleição dos membros dos órgãos estatutários; e os instrumentos de gestão e de governação corporativa das empresas.

Foram ainda elaboradas as matrizes das deliberações das Assembleias-Gerais que contêm as decisões dos accionistas na aprovação dos relatórios e contas do exercício económico de 2021 e dos planos anuais de actividades e orçamento para o ano de 2023.

c) Gestão nas empresas do sector empresarial do Estado

Neste âmbito, foram realizadas as seguintes actividades:

- (i) Assinados os Contratos de Gestão e de Mandato com os gestores públicos das empresas HCB e EMO DRAGA e assegurada a monitoria da sua implementação.
- (ii) Assegurada a monitoria dos mandatos dos membros dos órgãos sociais e coordenado o processo de eleição e tomada de posse dos gestores públicos.
- (iii) Feita a recolha da informação e actualizada a Base de Dados dos gestores públicos e representantes do Estado nas empresas.
- (iv) Solicitada informação às empresas sobre os funcionários inscritos na

Previdência Social no âmbito do processo de redimensionamento da mão-de-obra no SEE.

- (v) Analisado o Relatório de Actividades da Comissão de Ética Pública dos CFM, estando a servir de modelo para a réplica nas outras empresas do SEE.
- (vi) Harmonizado o Manual de Procedimentos para o Tratamento de Monos e Abate de sucatas da EDM.
- (vii) Solicitada a informação actualizada às empresas do SEE sobre as entidades sujeitas à declaração de bens e património e envia à Procuradoria-Geral da República bem como às Procuradorias Provinciais da República.
- (viii) As contribuições para a revisão da Lei da Proibição Pública foram encaminhadas à Comissão Central de Ética Pública.

d) Funcionamento das Comissões Especializadas nas empresas do SEE

No âmbito das Comissões de Investimento, Gestão do Risco e Dívida, foram desenvolvidas durante o período em análise entre outras actividades as seguintes:

- (i) Assegurado o funcionamento das Comissões de Investimento, Gestão do Risco e Dívida das empresas ENH, EDM e PETROMOC, tendo estas comissões elaborado os relatórios de actividades referentes ao ano 2021, e apresentado nas sessões das Assembleias Gerais Ordinárias que aprovaram os relatórios e contas de 2021.
- (ii) Na ENH, a Comissão também apreciou e emitiu pareceres sobre a reestruturação das dívidas para a realização do capital social da CMG, junto do Standard Bank; regularização da dívida da ENH, com a GALP; e análise da viabilidade do projecto SYM FUEL;

No âmbito das Comissões de Remunerações, foram desenvolvidas durante o período em análise entre outras actividades as seguintes:

- (i) Concessão de um seguro de saúde aos membros do Conselho de Administração da EDM;

- (ii) Alteração na forma de remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia Moçambicana do Gasoduto na ROMPCO;
- (iii) Feita a revisão da política remuneratória dos trabalhadores da EMOSE;
- (iv) Feita a revisão da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Imprensa Nacional de Moçambique;
- (v) Feita a revisão da modalidade de pagamento dos membros do Conselho de Administração da Companhia Moçambicana do Gasoduto (CMG);
- (vi) Feita a revisão dos limites para ajudas de custos em viagens dentro do país da Aeroportos de Moçambique;
- (vii) Feita a revisão da tabela de ajudas de custos para os membros do Conselho de Administração da ADM, em viagens de serviço dentro do país;
- (viii) Feita a revisão da nova tabela salarial para os membros dos órgãos estatutários, quadros e técnicos da empresa da EMODRAGA; e
- (ix) Feita a revisão das Remunerações e Regalias dos Órgãos Sociais da SMM.

2.3 No âmbito de Investimentos

2.3.1. Principais Actividades Realizadas

Até finais de Dezembro do corrente ano de 2022 a Direcção de Investimentos executou positivamente oito actividades de igual número programadas, significando um nível de realização anual de 100% com destaque para as seguintes actividades:

a) **Reestruturação das Empresas do SEE**

Até 31 de dezembro de 2022, foram investidos um total de 1.277,79 milhões de Meticais (MMT) para a reestruturação financeira e a garantia da continuidade das operações das seguintes empresas: LAM (666,75 MMT), TMCEL (200,00 MMT) e ADM (143,71 MMT). Além disso, foram realizados investimentos para a injeção de capital na empresa FARMAC (1,50 MMT) e para intervenções nos Correios de Moçambique, E.P. e EMEM, no contexto do processo de extinção.

O processo de reestruturação da dívida bancária da LAM junto ao Banco Comercial e de Investimentos, no valor de 4,79 mil milhões de meticais, foi concluído. É importante ressaltar que, após essa reestruturação, a LAM não registou qualquer incidência de inadimplência ou atraso no pagamento do serviço da dívida.

b) **Avaliação das Participações Sociais**

A avaliação financeira e do património e a due diligence das empresas em processo de liquidação - CORREIOS de Moçambique, E.P. e EMEM, S.A. - e da alienação das participações - STEMA, S.A. e DOMUS, S.A. - foram concluídas. Actualmente, encontra-se em curso a fase final da elaboração dos Termos de Referência para o lançamento do concurso público com o objectivo de vender o património e a participação do Estado.

Ainda neste âmbito foi reiterada a comunicação aos accionistas da COMPANHIA INDUSTRIAL da MATOLA e CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A, e em curso a avaliação da participação do Estado na COMETAL.

c) **Consolidação dos Mecanismos da Monitoria do Desempenho Económico-Financeiro**

As principais acções neste contexto incluíram, mas não se limitaram as seguintes:

- (i) A avaliação e monitoramento das empresas do SEE, das participações indiretas e das Parcerias Público-Privadas (PPPs) estão em curso por meio do Modelo de Avaliação de Desempenho das Empresas (MADE), utilizando informações dos relatórios e contas auditados do exercício económico de 2021.
- (ii) Após a análise da revisão do Projecto de Instalação da Unidade Industrial de Injetáveis e Vacinas, foi incluída a produção de seringas.

- (iii) Com o objectivo de participar nos projectos de petróleo e gás na Bacia do Rovuma e no país em geral, foi analisado o projecto de constituição da CFM Logistics S.A.
- (iv) A CMG realizou a aquisição da Facilidade Quasi Equity do Standard Bank South Africa, representando 9,14% do investimento total da ROMPCO.
- (v) Concluída a análise do modelo financeiro e da proposta de contrato do projecto de investimento em Parceria Público-Privada para a instalação de um Centro de Hemodiálise no Hospital Provincial da Matola.
- (vi) Elaborada a proposta de investimento em Parceria Público-Privada para a instalação de um Centro de Hemodiálise no Hospital Provincial da Matola e submetida ao Ministério da Saúde para apresentação e aprovação pelo Conselho de Ministros.
- (vii) Concebida a estrutura do Manual de Avaliação de Projectos de investimentos para fundamentar a Ficha Técnica de Avaliação de Projectos de Investimentos nas empresas SEE.
- (viii) Concluída a avaliação do plano de emergência de curto-prazo para recuperação da FARMAC, S.A, avaliado em 46,76 milhões de MT.
- (ix) Participação na elaboração da proposta de transformação da DINAME, E.E., em DINAME, E.P.
- (x) Avaliado o projecto de financiamento da CMH, no valor de USD 50 milhões, destinado à expansão da capacidade de produção dos campos de gás natural de Pande e Temane, bem como à instalação de compressores.
- (xi) Após a análise do Plano de Negócios da DALO Construções, S.A. (empresa do ramo da construção civil), avaliado em 262,38 milhões de MT, com um horizonte temporal de 5 anos, prevê-se o início das actividades para o mês de Janeiro de 2023.
- (xii) Analisados os Planos de Negócios das empresas BNI, S.A., EMOSE, S.A., Monte Binga, S.A. e TMCEL, S.A., que contêm as orientações estratégicas sobre as actividades.”
- (xiii) Analisado o projecto de criação do Fundo Complementar de Pensões da

EDM, E.P., com vista a beneficiar cerca de 3.700 funcionários, cuja massa salarial anual totaliza aproximadamente 3,4 mil milhões de MT.

d) Monitoria dos Contratos Programa e da Matriz de Indicadores de Desempenho Económico-financeiro

O IGEPE, em representação do Governo, assinou sete Contratos-Programa com as empresas TVM, RM, ENPCT, HICEP, RBL, LAM e EDM.

De acordo com os Contratos-Programa para o exercício de 2022, o Estado planificou desembolsar um total de 1.624,06 milhões de MT, mas efectivamente foram desembolsados 1.488,77 milhões de MT, resultando num défice de 135,28 milhões de MT. As empresas que receberam desembolsos parciais foram a LAM, S.A com um défice de 107,83 milhões de MT e a RM, E.P com um défice de 27,45 milhões de MT. Do montante disponibilizado, 1.488,66 milhões de MT foram executados, representando um grau de realização de 99,9%. A única empresa com execução inferior a 100% foi a HICEP, devido à cessação de funções do Conselho de Administração e à passagem à reforma de alguns trabalhadores como parte do processo de fusão por incorporação desta na RBL, E.P.

Após a implementação do Modelo de Avaliação do Desempenho dos Gestores Públicos com base nas Matrizes de Indicadores de Desempenho Económico-financeiro das empresas, a avaliação dos gestores públicos foi concluída nas empresas EDM, EP, EMODRAGA, EP, CFM, EP, ENH, E.P., e HCB, S.A.; e está em processo de revisão nas empresas RM, EP, BNI, S.A., ADM, EP, e PETROMOC, S.A.

Adicionalmente, foi concluída a elaboração dos Modelos de Avaliação do Desempenho dos Gestores Públicos, baseados nas Matrizes de Indicadores de Desempenho Económico-financeiro das empresas TVM, E.P, SOCIEDADE DO NOTÍCIAS, SA e STEMA, SA.

e) Redução do Risco Fiscal

O relatório sobre a dívida das empresas do SEE foi elaborado para sua inclusão no Relatório Anual da Dívida Pública, referente ao exercício económico de 2021. Adicionalmente, foram elaborados os relatórios trimestrais sobre a dívida do SEE para o primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2022, e compilada a informação sobre o risco fiscal das empresas do sector.

No período em análise foi elaborada a base de dados do endividamento das participações maioritárias das empresas do SEE.

Foi realizado o acompanhamento da consultoria do Banco Mundial para o SEE, no contexto do Programa PER - Revisão da Despesa Pública e do Projecto GEPRES - Gestão de Recursos Públicos para a prestação de serviços, no âmbito do Projecto de Apoio às Finanças Públicas. Adicionalmente, foi assegurada a participação na acção de capacitação em normas de contratação pública de acordo com os procedimentos e directrizes do Banco Mundial.

Elaborado o relatório trimestral sobre a dívida do SEE, referente ao terceiro trimestre de 2022, e actualizou-se a base de dados do endividamento das participadas maioritárias das empresas do SEE.

Informação sobre a dívida directa do SEE enviada ao Ministério da Economia e Finanças, como contribuição para a elaboração do Boletim Trimestral da Dívida Pública relativo ao segundo e terceiro trimestres de 2022.

Determinado o limite de endividamento de 22 empresas do SEE para o exercício económico de 2023, durante as Assembleias-Gerais ordinárias de aprovação dos planos anuais de actividades e orçamento.

2.4 No âmbito da Administração e Finanças

2.4.1. Actividades Planificadas

As principais actividades planificadas no contexto financeiro incluíram: garantir a execução eficiente do orçamento; melhorar e garantir a gestão do património do IGEPE; e garantir o desenvolvimento do capital humano do IGEPE.

2.4.2. Actividades Realizadas

- a) **Elaboração da Conta de Gerência:** no decorrer do período em análise foi elaborada a Conta de Gerência e enviada ao Tribunal Administrativo para a devida aprovação.

- b) Acompanhamento das Auditorias interna e externa: no período em referência foi concluída a auditoria às contas do IGEPE pela empresa KPMG.
- c) Receita Total: esta acção está alinhada com a quarta prioridade estratégica do IGEPE e, em 2022, foi sustentada por duas fontes de financiamento dividendos e alienações. Os dividendos situaram-se em 7.739 milhões de MT (121 milhões de US\$), sendo 4.203 milhões de MT (65 milhões de US\$) provenientes das empresas do SEE (públicas e exclusiva ou maioritariamente participadas pelo Estado) e 3.353 milhões de MT (55 milhões de US\$) das participações financeiras minoritárias. O grau de realização desta actividade foi de 110,13%

Na componente de despesa, para o ano 2022, foi orçamentado o valor de 1.593,33 milhões de Meticais, tendo sido desembolsado até 31 de dezembro o valor de 2.587,83 milhões de Meticais, e executado 2.589,52 milhões de Meticais, correspondente a 100,06% do valor total desembolsado.

2.4.3. Actividades Realizadas no âmbito do Património

No âmbito do melhoramento da gestão do património do IGEPE foram planificadas e realizadas no período em referência as seguintes actividades:

- a) Manutenção e Reparação dos Imóveis: feita a manutenção e reparação dos imóveis do IGEPE; realizadas obras para eliminação de infiltrações no edifício do IGEPE e da casa Protocolar sita na Rua de Faralay nº 76
- b) Manutenção e Reparação de Viaturas: foram feitas manutenções e reparação das viaturas Toyota Prado AFL 595 MP, Ford Ranger ADC 413 MP, Renault Logan AHE 483 MC, Mercedes Benz ABE 305 MP, Nissan Sentra ADF 300 MC e Nissan Navara All 526 MP.
- c) Manutenção e Reparação de Equipamentos: foi feita a manutenção e reparação dos seguintes equipamentos: Gerador, UPS, Elevador, Ar Condicionados e Vedação eléctrica incluindo os portões dos três edifícios do IGEPE.
- d) Pagamento de Seguros (Ramo de Automóveis e Habitação): foram efectuados novos seguros para as viaturas Nissan Navara e Renault Logan, e renovados seguros de quatro outras. Relativamente ao ramo de

habitação foram renovados os seguros do edifício sede do IGEPE e da casa sita no condomínio da DOMUS na Costa do Sol.

- e) Pagamento de Manifestos e Taxas de Rádios das Viaturas: efectuado o pagamento dos manifestos e taxas de rádio de todas as viaturas da instituição;
- f) Segurança Estática: garantida a Segurança Estática nos Edifícios da Instituição e no Parque de Viaturas para os funcionários do IGEPE.
- g) Outros Serviços: garantida a desinfecção das instalações do IGEPE incluindo a medição de temperatura corporal aos funcionários e todos os utentes da instituição, no âmbito das medidas de Prevenção ao COVID-19.
- h) Gestão do Stock de Econmato (Material de Escritório, Consumíveis e Bens Alimentícios): Garantido neste período o fornecimento de: material de escritório; material informático e consumíveis; produtos alimentícios, de limpeza, higiene e conforto; e material e produtos de desinfecção no âmbito de prevenção de COVID-19.
- i) Aquisições: adquirida uma viatura Nissan Navara dupla cabine 4x4; adquirido diverso mobiliário de escritório; adquiridos três aparelhos de ar condicionado; e adquirida loiça para o reforço nas copas da instituição.
- j) Abates: concluído o processo de abate da viatura Toyota Corolla ADW 209 MP e de 11 aparelhos de ar condicionado.
- k) Imobilizado/Inventário: actualizado o inventário dos bens da instituição incluindo os adquiridos em 2022; lançado o inventário/imobilizado nos respectivos sistemas (e-Património e PHC); actualizada a amortização dos bens patrimoniais; etiquetados os bens inventariados no presente exercício económico.

2.5 No âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional

2.5.1. Actividades Planificadas

As principais actividades planificadas neste âmbito incluem: garantir os princípios de planificação estratégica, operacional, controlo e monitoria das actividades do IGEPE; integrar acções estratégicas do SEE nos planos do MEF; e garantir a modernização e o

funcionamento dos sistemas de informação e comunicação.

2.5.2. Principais Actividades Realizadas

a) **Garantir os princípios de planificação estratégica, operacional, controlo e monitoria das actividades do IGEPE**

No âmbito das actividades realizadas foi efectuada a monitoria do cumprimento das principais actividades planificadas para o primeiro e segundo semestres de 2022. Foi ainda realizada a avaliação planificadas no contexto da realização do balanço do Plano de Actividades Anual do IGEPE de 2022.

b) **Garantir a modernização e o funcionamento dos sistemas de informação e comunicação**

- Actualização os anti-vírus para a rede e anti-spam nos servidores, por forma a proteger a plataforma informática contra os vírus;
- Actualizado o "Firewall" (sistema utilizado na protecção contra a invasão de privacidade sobre dados e informação e contra o acesso não protocolado);
- Actualizado o mail Server Exchange (servidor de e-mail), tomando em consideração que as licenças são anuais;
- Efectuado o backup's dos servidores de e-mail e dados internamente e externamente, por forma a manter segura toda a informação do IGEPE, e sob protecção contra possíveis desastres;
- Adquirido equipamento informático e instalados os respectivos softwares e aplicações; e
- Está em curso a instalação do VMWARE - Software para a protecção da rede Ms- Exchange - Gestor de e-mails (Actualização. da licença anual) Firewall (VPN) - Software para protecção da rede (Actualização da rede anual) Antivírus do Servidor.

c) **Comunicação e Imagem**

A Página Web institucional foi periodicamente editada e seus conteúdos geridos e actualizados, com o objectivo de disponibilizar informação ao público com interesse

nas actividades do IGEPE.

2.6 No âmbito da Assistência Jurídica

2.6.1. Actividades Planificadas

Neste contexto foram planificadas as seguintes acções: assegurar a elaboração das propostas dos instrumentos normativos internos do IGEPE, face à alteração do seu decreto de criação e Estatuto Orgânico; assegurar a reforma da legislação sobre os processos de alienação das participações do SEE; e apoiar na divulgação do novo Estatuto do Gestor Público.

2.6.2. Actividades Realizadas

- a) No âmbito dos Instrumentos relativos ao IGEPE: assegurada a elaboração das propostas dos instrumentos normativos internos do IGEPE, face à alteração do seu Decreto de criação e Estatuto Orgânico; e assegurada a reforma da legislação sobre os processos de alienação das participações do sector empresarial do Estado; e feito o apoio na divulgação do novo Estatuto do Gestor Público.
- b) No Âmbito da Alteração do Decreto e do Estatuto do Gestor Público: assegurada a harmonização da proposta de Decreto que altera o Estatuto do Gestor Público (EGP), incluindo a incorporação das contribuições enviadas por outras instituições públicas.
- c) No Âmbito da Assessoria Jurídica e Judiciária: assessoria à Direção de Controlo das Participadas nos processos específicos de reestruturação e/ou alienação das participações do Estado e do IGEPE; assessoria jurídica aos diversos órgãos do IGEPE, suas unidades orgânicas e às empresas do SEE; actualização da base de dados da legislação aplicável ao SEE; elaboração dos Regimentos Internos dos Conselhos de Administração das empresas do SEE; emissão de pareceres diversos concernentes a: CPCV's, Memorandos de Entendimento, Contratos de Confidencialidade, Acordos Parassociais, Acordos de Parceria, Escrituras Públicas e outros; representação do IGEPE junto dos órgãos da Administração da Justiça, Tribunal Superior de Recurso, Tribunais Judiciais a todos os níveis, Tribunal Administrativo a todos os níveis, Procuradoria-Geral da República a todos os níveis, Gabinete de Combate à Corrupção, Gabinete do Provedor de Justiça, Comissão de Petições da Assembleia da República; representação do IGEPE em

litígios de ordem jurídica diante de empresas, entidades, centros de arbitragem e particulares; apoio e assistência jurídica às empresas do sector empresarial do Estado; e preparação das sessões do Conselho de Administração e elaboração das respectivas actas.

- d) No Âmbito da Gestão da Documentação: coordenação do circuito geral do expediente e elaboração das respostas às petições recebidas pelo IGEPE, incluindo a triagem e a criação de matrizes das petições em base mensal, trimestral e anual; preparação do relatório periódico sobre as petições recebidas; monitoramento e controlo dos prazos para resposta às petições; coordenação e aprimoramento do arquivo do IGEPE, garantindo a organização eficiente da documentação; e criação e acompanhamento do mapa das petições recebidas pelo IGEPE e das respectivas respostas.
- e) Outras Actividades: elaboração e aprovação pelo Conselho de Ministros do Decreto que altera o artigo 39 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 10/2019, de 26 de Setembro, publicado no Boletim da República; realização de quatro sessões de estudo colectivo de legislação em 2022, destacando-se: Regulamento aprovado pelo Decreto nº 10/2019, de 26 de Fevereiro; Decreto que revê o Decreto que cria o IGEPE; Novo Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado; e Novo Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado.

Foram ainda elaboradas duas propostas de Decreto sobre a DINAME, E.E.: Decreto que cria uma Agência de Distribuição do Livro Escolar, Instituto Público; e Decreto que cria a DINAME, E.P. e aprova seus estatutos.

Elaborado e aprovado pelo Conselho de Ministros e publicação do Decreto nº 37/2022, de 2 de Agosto, que funde a HICEP e RBL, cria a RBL, E.P. e aprova os seus estatutos.

Elaborado e aprovado pelo Conselho de Ministros e publicação no Boletim da República do Decreto que altera o artigo 39 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 10/2019, de 26 de Setembro;

- f) Balanço das Petições: em 2022 o IGEPE recebeu um total de 638 petições, das quais 487 foram respondidas e 151 processos em análise.

2.7 No âmbito das Aquisições

2.7.1. Principais Actividades

Foram planificadas neste âmbito as seguintes actividades: garantir a contratação de serviços, fornecimento de bens e empreitada de obras públicas ao IGEPE; monitorar a execução dos contratos de serviços e de empreitadas de obras no IGEPE com observância do previsto nas modalidades de pagamento e término do contrato; enviar os processos de contratação a Tribunal Administrativo para anotação e a UFSA para conhecimento; e participar no processo de pagamento de facturas através do sistema electrónico Módulo do Património do Estado (MPE).

2.7.2. Principais Actividades Realizadas

Até ao quarto trimestre a UGEA, obedecendo aos trâmites de procurement, foram lançados 25 concursos pelas diversas modalidades de contratação, tendo como resultado, contratados 25 fornecedores para diferentes bens e serviços e empreitada de obras públicas. Dos 25 contratados 21 já possuem visto do Tribunal Administrativo e foram também enviados à UFSA.

2.8 No âmbito da Auditoria Interna

2.8.1. Principais Actividades Planificadas

Constituíram actividades planificadas as seguintes:

- a) Verificação e avaliação dos processos administrativos dos Departamentos de Finanças, Património, Recursos Humanos e UGEA.
- b) Acompanhamento da elaboração da Conta de Gerência do IGEPE e verificação da sua conformidade.
- c) Realização de testes de conformidade para avaliar a fiabilidade e o nível de confiança dos sistemas de controle interno implementados.
- d) Realização de testes substantivos para confirmar a legalidade, eficiência e eficácia no uso dos recursos financeiros disponibilizados.

- e) Emissão de pareceres sobre os processos de procurement e de despesas.
- f) Acompanhamento da execução dos Planos de Actividades e Orçamento das empresas que recebem subsídio de exploração, através da verificação e avaliação dos relatórios trimestrais, produzindo os respetivos pareceres.
- g) Acompanhamento da execução dos Planos de Actividades e Orçamento do IGEPE, através dos relatórios trimestrais.
- h) Auditoria das empresas HICEP, RBL, ENPCT e RM para avaliar a eficiência e eficácia no uso dos recursos disponibilizados às empresas do SEE.

2.8.2. Actividades Realizadas

- a) Emissão de 31 pareceres sobre processos de procurement para verificar sua conformidade;
- b) Participação na elaboração da Conta de Gerência, revisão para avaliar sua conformidade e emissão do respectivo termo de conformidade;
- c) Submissão da Conta ao Tribunal Administrativo em 30 de Março de 2022;
- d) Compilação da informação relativa à Conta Geral do Estado e entrega ao Tribunal Administrativo;
- e) Auditoria à Empresa Correios de Moçambique, incluindo a sede, a Delegação de Sofala e a Delegação da Zambézia, com elaboração dos respetivos relatórios;
- f) Reunião com os membros do Conselho de Administração e chefes de setor, verificação do alinhamento do Plano de Investimento Comercial com as aquisições efectuadas, avaliação dos processos de procurement, visita ao economato e ao parque de viaturas;
- g) Elaboração de pareceres sobre os relatórios trimestrais apresentados pelas empresas Hidráulica de Chókwè e Radio Moçambique

3. PERSPECTIVAS PARA 2023

Para o ano de 2023, o foco será na viabilização e rentabilização do Sector Empresarial do Estado, através das seguintes acções:

A. Reestruturação do Sector Empresarial do Estado

- a) Continuar a implementação da estratégia de viabilização e rentabilização das empresas do SEE, com especial atenção para as áreas financeira e operacional, visando tornar pelo menos uma empresa viável (EMODRAGA).
- b) Realizar a reestruturação financeira de seis empresas, incluindo três participadas (PETROMOC, LAM, TMCEL) e três públicas (ADM, TVM, RM).
- c) Promover a reestruturação operacional de nove empresas, sendo cinco públicas (ADM, TVM, RM, ENPCT, EMODRAGA) e quatro participadas (FARMAC, PETROMOC, TMCEL e LAM).

B. Consolidação dos Mecanismos de Supervisão e Controlo das Empresas

- a) Consolidar as contas do SEE para permitir a elaboração de relatórios financeiros anuais consolidados, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.
 - (i) Implementar um sistema integrado de gestão e monitoramento do desempenho económico e financeiro das empresas do SEE.

- (ii) Elaborar o relatório consolidado do SEE referente ao exercício económico de 2022.
- (iii) Entregar o relatório final do projecto.
- b) Avaliar e monitorar as participações indiretas e as Parcerias Público-Privadas (PPP's) através do Modelo de Avaliação de Desempenho das Empresas (MADE), com base nos relatórios e contas auditados das empresas referentes ao exercício de 2021.
- c) Garantir a monitoria dos Contratos-Programa de seis empresas: EDM, EP; ADM, EP; ENPCT, EP; RM, EP; TVM, EP; e LAM, SA.

C. Redução do Risco Fiscal

- a) Sistematizar, monitorar e acompanhar a evolução do risco fiscal das empresas do SEE.
- b) Produzir relatórios trimestrais sobre o endividamento das empresas do SEE.
- c) Avaliar o desempenho das empresas com base na matriz de desempenho económico-financeiro.

D. Aumento das Receitas de Capital

- a) Prever uma arrecadação total de receitas em 7,2 mil milhões de MT para o exercício económico de 2023, com um crescimento de 9% em relação ao ano anterior, compreendendo 5,7 mil milhões de MT de receitas de capital (dividendos) e 1,48 milhões de MT de receita de alienações.
- b) Importante ressaltar que o crescimento previsto de 9% é moderado devido à expectativa de desaceleração da economia devido à guerra na Ucrânia e à pandemia da COVID-19.

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2022

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz